

# RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: QUAL O LUGAR QUE AS MULHERES OCUPAM NO CURRÍCULO DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO EM ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE RECIFE E OLINDA

Maria Amanda Micaely Pinheiro da Silva<sup>1</sup>; Aurenéa Maria de Oliveira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Pedagogia- CE – UFPE; E-mail: amandamicaely@hotmail.com;

<sup>2</sup>Docente/pesquisadora do Depto. de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação – CE – UFPE. E-mail: aurenea@yahoo.com.br.

**Sumário:** O presente resumo objetiva apresentar os resultados de pesquisa realizada em escolas da rede pública municipal e estadual das cidades de Recife e Olinda sobre a disciplina de Ensino Religioso (ER) a partir de orientações curriculares e mecanismos legais contemporâneos e também, através da observação de como representantes das Secretarias de Educação, professores e gestores entendem a oferta da mesma, compreendendo os sujeitos de pesquisa a partir de seus discursos acerca do papel que as mulheres socialmente marginalizadas ocupam dentro das cosmologias religiosas trabalhadas em sala de aula na disciplina supracitada. Procuramos discutir os dados coletados a partir da Análise de Discurso de linha francesa em Michel Pêcheux e Eni orlandi e da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, verificando como são produzidos discursivamente significados sobre o Ensino Religioso e como estes são hegemonizados. O exame do material concluiu a presença de um discurso hegemônico que não reconhece como sendo necessárias às discussões de gênero e sexualidade nas aulas de ER, expressando uma relação negativa no entrecruzamento das temáticas sexualidade e religião.

**Palavras-chave:** educação; Ensino Religioso; gênero; sexualidade

## INTRODUÇÃO

Em um contexto marcado pela laicidade estatal, a princípio, a existência da disciplina de Ensino Religioso nas escolas brasileiras de Ensino Fundamental pode parecer contradição, porém, é necessário esclarecer que a laicidade não exclui as religiões e suas manifestações públicas, mas sim, implica no reconhecimento do pluralismo religioso e na neutralidade confessional do Estado e das instituições públicas, possibilitando ao indivíduo viver com ou sem religião através da garantia do caráter não obrigatório da mesma. Desse modo, a escola ao conceder seu espaço para o trabalho com a disciplina de Ensino Religioso, a partir da atual LDB/1996, deve afastar-se de toda forma de trabalho confessional e proselitista, contemplando as mais diversas manifestações religiosas, ensinando o princípio do convívio e do respeito às diferenças religiosas e de gênero, primando pela presença da alteridade.

Algo a ser observado é que não basta que a lei seja instituída, mas que seja discutida por docentes e gestores, a fim de se fazer uma reflexão acerca: da formação de profissionais para atuar de acordo com o que está posto, da utilização de materiais adequados e da necessidade de preparação para um trabalho em sala de aula que trate as religiões como fenômeno social e cultural (OLIVEIRA, 2012).

O fato é que, têm-se percebido uma sociedade em que os sujeitos, a partir de seus discursos, organizados em pontos nodais, ou seja, em consensos contingentes e provisórios

estabelecidos (LACLAU & MOUFFE, 1985), tendem a defender ideologias de cunho, sobretudo cristão que não tendem a valorizar a diferença religiosa e sexual nas escolas. Contudo, antagonismos sociais emergem, se opondo a esses discursos tidos como hegemônicos, perturbando sua cadeia de equivalência e/ou sua difusão/adesão (FERREIRA, 2011). Um desses mecanismos de cunho ideológico é o currículo escolar, que determina e seleciona de forma arbitrária os conteúdos que serão ensinados em detrimento de outros, expressando uma arena de lutas em busca da hegemonia de uma determinada concepção através da exibição de processos de hibridização. Assim, o currículo estando em constante movimento, sofre diversas formas de reconfiguração que buscam atender a demandas atuais.

Sendo assim, sabendo que o discurso é também uma ação que tem poder, nos propusemos a entender qual discurso hegemônico tem se consolidado no Estado de PE em escolas públicas sobre o currículo ministrado cotidianamente nas salas de aula na disciplina de Ensino Religioso e o lugar que as mulheres, especialmente as socialmente marginalizadas, ocupam dentro das principais cosmologias religiosas trabalhadas, com o fim de verificar atitudes de estímulo e/ou não a prática de domesticação e violência contra elas.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente trabalho teve início em agosto de 2014. Estabeleceu-se como etapa inicial, o levantamento de dados bibliográficos referentes à temática de pesquisa, sendo assim, tivemos reuniões com a professora orientadora que nos apresentou os principais aspectos que envolvem o projeto, bem como os autores, a teoria e a metodologia que o fundamentam, sucedendo-se encontros para discussão coletiva dos textos. Em momento seguinte, se deu a ida ao campo, utilizando como instrumento de pesquisa um questionário semiestruturado, com questões direcionadas aos sujeitos pesquisados. A quantidade pré-estabelecida para coleta de dados junto a docentes de ER, gestores de instituições educacionais e representantes das Secretarias de Educação das redes estaduais e municipais de Recife e Olinda foi de doze (12) atores sociais, porém, foram realizadas apenas 10 entrevistas, devido à falta de escolas estaduais em Olinda que ofertem a disciplina.

A partir da coleta de dados, iniciamos as transcrições e posteriormente as análises, à luz da metodologia da Análise de Discurso e da Teoria do Discurso, cujas categorias teóricas são apresentadas em torno de expressões como ideologia, linguagem, antagonismo, cadeia de equivalência, pontos nodais, significante vazio, articulação, hegemonia, entre outros, que nos permitem a compreensão do discurso como uma ação constituída de sentidos construídos socialmente.

No que se refere à Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, analisamos os discursos apresentados pelos atores sociais entrevistados, identificando os sentidos hegemônicos presentes em suas falas a partir do campo curricular, compreendendo como são produzidos discursivamente significados sobre a oferta da disciplina e como o seu currículo é hibridizado/reconfigurado.

Paralelo a isso, a pesquisa apoiou-se também na metodologia da Análise de Discurso (AD) de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, enfatizando as relações de lugar que são desenvolvidas a partir da posição que se dá aos sujeitos num discurso, as relações de força referentes aos conflitos dos grupos na luta por seus interesses e, por fim, as relações de sentido que identificam as ideologias existentes nos discursos que circulam socialmente (ORLANDI, 2013).

## RESULTADOS

Os resultados da presente pesquisa apontaram uma série de discursos hegemônicos, entre professores, gestores e representantes das Secretarias de Educação acerca da temática estudada. Assim, quando questionados sobre em que nível educacional deveria se dar à oferta do ER e o porquê da escolha nesse nível, surgiram respostas como: *“Porque o nível, isso daí quem diz é o currículo da rede, a LDB tá dizendo que é pra ter Ensino Religioso nas escolas nos anos finais do Ensino Fundamental”* (Professora da Esc. Mun. De Olinda), que sinalizam para o discurso da legalidade.

A respeito da formação docente necessária para lecionar a disciplina, os entrevistados em sua maioria expuseram um discurso da autonomia escolar no qual afirmam que não há uma obrigatoriedade de que o profissional dessa disciplina tenha uma especialização em Ensino Religioso.

No que se refere ao Projeto Político Pedagógico (PPP) desse componente curricular, mais uma vez o discurso da autonomia escolar aparece quando os entrevistados afirmam que ele não existe, pois o PPP é específico de cada unidade de ensino, se tendo apenas uma instrução normativa que vai versar sobre isso.

Por fim, quando questionados quanto às temáticas de gênero e sexualidade, os atores sociais entrevistados a princípio afirmam que acham que elas são importantes para os debates sobre a cidadania. Contudo, quando perguntados sobre a abordagem dessas questões de gênero e sexualidade na disciplina de ER, envolvendo especificamente a orientação sexual de mulheres negras, bissexuais, homossexuais e transexuais, a ideologia que de modo hegemônico se apresenta é de cunho liberal, hibridizada a um discurso que evitando lidar com os conflitos que esses assuntos provocam, rejeitam esses temas, afirmando não lidarem com eles por não quererem ter problemas em suas aulas.

## DISCUSSÃO

Para todos os sujeitos interessados em aprender sobre o fenômeno religioso e o campo do sagrado, a disciplina de Ensino Religioso é um direito garantido por lei, sendo obrigatória sua oferta pelas instituições escolares, porém facultativa a matrícula para os alunos. No currículo desta então, segundo as diretrizes contemporâneas, devem perpassar discussões que envolvam a formação integral dos sujeitos, abordando questões relativas à tolerância, respeito à diversidade e alteridade, visto que hoje as minorias são muito mais visíveis à medida que ao se politizarem, repensaram suas ideias de território e converteram seu estigma em orgulho, reconhecendo suas identidades como uma questão política e cultural. Sendo assim, essa disciplina deve estar sintonizada com debates contemporâneos que envolvam noções de respeito às diferenças, incluindo neste processo as diferenças de gênero e sexualidade.

## CONCLUSÕES

A partir da presente pesquisa, torna-se notória a necessidade de uma maior reflexão e diálogo por parte dos profissionais da área quanto à oferta e prática pedagógica que envolve o Ensino Religioso nas escolas públicas, visto que apenas os aparatos legais não apresentam a força necessária para seu estabelecimento coerente, requerendo assim, uma mudança cultural por parte das próprias instituições escolares para o desenvolvimento do ER de forma qualitativa para que atenda às demandas atuais, oportunizando um olhar mais direcionado a questões vinculadas à diversidade religiosa e sexual, alteridade e identidade.

Os dados coletados nessa pesquisa nos revelam a presença de vários discursos nas falas dos atores sociais entrevistados; tais discursos expressam ideologias, concepções sobre o ER, tais como o reconhecimento da autonomia escolar na escolha de conteúdos materiais didáticos e a indiferença e rejeição em se trabalhar na disciplina em questão com as temáticas de gênero e sexualidade, porém, não necessariamente no espaço da disciplina de Ensino Religioso. O discurso da legalidade, também muito forte na fala dos atores sociais entrevistados, repercute ações meramente pautadas sem discussões acerca de seus conteúdos, ou seja, as falas sobre diversidade, pluralidade, tolerância e alteridade se apresentam sem embasamento conceitual e reflexivo.

Dessa forma, gênero e diversidade sexual ainda são pontos que necessitam de maior atenção e debate na disciplina e no currículo de Ensino Religioso, apresentando-se como um de seus principais desafios, visto que abordá-los impõe chocar-se com/a práticas proselitistas que durante muito tempo marcaram o perfil dessa disciplina. Neste aspecto, concordamos com oliveira (2012; 2014) quando afirma que os discursos dos profissionais de educação sobre o ER em Pernambuco evidenciam que este componente curricular expõe inadequações e equívocos frente ao que está posto pela legislação, podendo, no caso das questões de gênero e sexualidade, redundar em práticas estigmatizantes que nos fazem repensar o papel fundamental que a escola tem no processo de formação do cidadão e, até que ponto, tal processo de formação está sendo desenvolvido de forma equitativa (OLIVEIRA, 2012; 2014).

### AGRADECIMENTOS

À professora orientadora pela atenção dedicada à pesquisa e disponibilidade dos materiais necessários. Ao CNPq e à Propesq/UFPE pelo apoio cedido.

### REFERÊNCIAS

- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997). *Lei nº 9.475/ 97 dá nova redação ao artigo 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de julho e 1997, seção I.
- FERREIRA, F. A. Para Entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. In: *Revista Espaço Acadêmico – Nº 127 – Dezembro de 2011*;
- LACLAU, E. & MOUFFE, C.1985. *Hegemony & Socialist Strategy: towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso;
- OLIVEIRA, A. de; LOPES, A. C. A Abordagem do Ciclo de Políticas: uma leitura pela Teoria do Discurso. In: *Cadernos de Educação – FaE/PPGE/UFPE – Pelotas [38]: 19 - 41, janeiro/abril 2011*.
- OLIVEIRA, A. M. de. 2007. Preconceito, Estigma e Intolerância Religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. In *Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 1, p. 239-264.
- \_\_\_\_\_. Pluralismo e Alteridade: o lugar que os segmentos LGBTTTTI ocupam no currículo da disciplina de Ensino Religioso nas escolas estaduais e municipais de Recife (PE). In: *Revista Pistis & Práxis*. V.6, pp. 611-625, 2014.
- OLIVEIRA, A. M. de & SILVA, D. E. da. 2012. Alteridade X Intolerância: diretrizes curriculares que podem embasar mais democrática e pluralmente o Ensino Religioso. In *Revista Teias* v. 13, n. 27, p. 139-160, jan./abr. – CURRÍCULOS: Problematização em práticas e políticas.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos/ 11ª edição*. Pontes Editores, Campinas SP, 2013.